

Presidente da Câmara de Gaia considera a perda de mandato uma decisão atroz e remete para o recurso

written by O Cidadão | 14 de Novembro, 2023



Eduardo Vitor Rodrigues já reagiu à pena que hoje lhe foi aplicada. Diz o autarca que é *uma total injustiça contra a qual reagirei, recorrendo para a Relação e repondo a verdade e a justiça*", refere "É uma injustiça atroz, é inacreditável"! Ter angariado um carro para fins pessoais!. É falso!" – Disse o edil gaiense.

Sentença

Na liderança daquela autarquia do distrito do Porto desde 2013, depois de ter sido eleito pelo PS, **Eduardo Vítor Rodrigues** foi condenado pelo Tribunal de Vila Nova de Gaia por

um crime **de peculato de uso**.

A juíza condenou ainda **a mulher** do autarca pela prática do mesmo crime, assim como ao pagamento de uma multa de **8.400 euros** (120 dias de multa à taxa diária de 70 euros).

Eduardo Vítor Rodrigues e a mulher, que hoje não estiveram na leitura da sentença depois de terem pedido dispensa, nunca prestaram declarações em tribunal.

O despacho de acusação do Ministério Público (MP), sustenta que os arguidos **“decidiram usar, como se fosse seu”**, um veículo elétrico adquirido em regime de locação financeira por empresa municipal, na sequência de contrato de **ajuste direto celebrado em 13 de outubro de 2017, “mediante o pagamento de uma renda mensal” de 614 euros**.

“Em consequência desta atuação”, refere a acusação, os arguidos *“beneficiaram indevidamente”* de 4.916 euros, valor das oito rendas da locação do veículo – entre **novembro de 2017 e junho de 2018**.

Durante a leitura da sentença, a juíza referiu que o presidente de câmara cedeu o automóvel à sua esposa que o usou, entre **maio e junho de 2018**, para deslocações em **trabalho e lazer**, conforme comprovam registos fotográficos anexos ao processo resultantes de vigilâncias efetuadas pelas autoridades judiciárias.

“Não podia deixar de saber que a mulher usava o carro”, disse a magistrada.

Além das provas fotográficas, a juíza revelou que há testemunhas que viram a esposa de Eduardo Vítor Rodrigues a conduzir a viatura.

O autarca e a mulher requereram a abertura de instrução, mas o Tribunal de Instrução Criminal (TIC) do Porto **pronunciou (decidiu levar a julgamento)**, em dezembro de 2021, o casal nos

exatos termos da acusação do MP, deduzida em janeiro desse ano.

Contactada pela Lusa, fonte oficial da câmara indicou que será emitido em breve um comunicado sobre o tema.

Eduardo Vítor Rodrigues é ainda arguido num processo que investiga *“questões de contratação pública e de pessoal”*, revelou o mesmo em maio, depois de o ex-vice-presidente da câmara, **Patrocínio Azevedo**, ter sido detido e ficado em prisão preventiva – medida de coação que ainda mantém – no âmbito da Operação Babel onde estão em causa crimes de recebimento ou oferta indevidos de vantagem, de corrupção ativa e passiva, de prevaricação e de abuso de poder, praticados por e sobre funcionário ou titular de cargo político.

Na altura, o nome do socialista foi associado à Operação Babel, contudo, Eduardo Vítor Rodrigues veio contrariar essa informação, dizendo ter sido constituído arguido no processo 399/23 que investiga *“questões de contratação pública e de pessoal”*.

“Foi uma coincidência que permitiu especulações aos abutres e criatividade mórbida aos cretinos digitais”, venceu, naquela ocasião, o autarca.